



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXV — Nº 070

SÁBADO, 21 DE JUNHO DE 1980

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 149ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE JUNHO DE 1980

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO THEODORICO FERRAÇO — Homenagem ao Dr. Vicente de Paula Miranda, Diretor da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim — ES, ora em visita ao Congresso Nacional.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Escolha do Deputado Benjamim Farah, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO ATHIÉ COURY — Necessidade da regulamentação do "trote" estudantil, para coibir abusos que se fazem em nome da alegria.

DEPUTADO EUCLIDES SCALCO — Editorial do Informativo da Federação do Comércio de Curitiba, sob o título "Ufanismo Tinguí Chinfrim e Mofino".

DEPUTADO LEORNE BELÉM — Estranheza de S. Exª diante de críticas que têm sido formuladas contra o Ministro da Justiça.

DEPUTADO EDSON VIDIGAL — Apelo ao Ministro dos Transportes, no sentido de que determine estudos visando o aproveitamento do traçado da via férrea do bairro do Tirirical, com vistas à solução do problema dos transportes coletivos de São Luís — MA.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Estatística divulgada pela Organização Mundial da Saúde sobre os problemas de saúde no Brasil.

DEPUTADO MÁX MAURO — Demarcação das terras indígenas ocupadas pela empresa Aracruz Celulose, no Estado do Espírito Santo.

DEPUTADO ÁLVARO VALLE — Realização, em Brasília, no período de 6 a 11 de julho próximo, do IV Congresso Brasileiro de Educação Pré-escolar.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 30/80-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.739, de 26 de dezembro de 1979, que fixa o limite máximo do salário de contribuição, previsto na Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, e dá outras providências. **Aprovado. À promulgação.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 32/80-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.740, de 26 de dezembro de 1979, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. **Aprovado. À promulgação.**

mentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. **Aprovado. À promulgação.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 33/80-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.741, de 27 de dezembro de 1979, que altera a redação do art. 13 do Decreto-lei nº 1.089, de 1970. **Aprovado. À promulgação.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 37/80-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.742, de 27 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a realização das despesas à conta de recursos vinculados do Tesouro Nacional no exercício financeiro de 1980, e dá outras providências. **Aprovado. À promulgação.**

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 150ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE JUNHO DE 1980

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — 70º aniversário do movimento escoteiro no Brasil.

DEPUTADO JOSUÉ DE SOUZA — Entrevista concedida à Imprensa, pelo Presidente João Figueiredo, por ocasião de sua visita ao Estado de Mato Grosso.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Apoio de S. Exª à atuação do Ministro Ibrahim Abi-Ackel, da Pasta da Justiça.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Defesa da imediata aplicação das medidas de amparo às populações nordestinas atingidas pela seca, determinadas recentemente pelo Sr. Presidente da República.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Preocupação da Bancada gaúcha quanto à execução de projetos do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, a propósito da palestra proferida, hoje, pelo Ministro da Indústria e do Comércio, no Plenário da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO LEORNE BELÉM — Editorial do jornal *Tribuna do Ceará*, sob o título "E a Fome Espera por Fluxo de Caixa?", a propósito de recente visita do Ministro da Agricultura ao Estado do Ceará.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Declarações prestadas pelo Senhor Presidente da República, em Goiânia, referente à publicação de assuntos de interesse geral pela Imprensa brasileira. Apoio de S. Exª ao Projeto de Lei nº 2.387/79, que dispõe sobre a regulamentação da profissão do fonoaudiólogo, em tramitação na Câmara dos Deputados.

DEPUTADO FERNANDO LYRA — Atuação do Embaixador Zaid Haidar, em prol do estreitamento das relações amistosas entre o Brasil e o Iraque.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

DEPUTADO AUGUSTO LUCENA — Atividade desenvolvida pelo Professor Aloísio Sérgio Magalhães à frente da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

DEPUTADO HUGO NAPOLEÃO — Apelo ao Governo no sentido da exclusão do Nordeste das medidas de restrição ao crédito, recentemente adotadas na área financeira.

DEPUTADO CARLOS SANT'ANNA, como Líder — Reivindicações de membros do PDS, em prol de medidas que amparem o Nordeste.

DEPUTADO HUGO NAPOLEÃO, como Líder — Observações sobre o pronunciamento do orador que o antecedeu na tribuna.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se na próxima segunda-feira, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.3 — Comunicação da Liderança no PDS no Senado Federal

Referente à substituição de membros em Comissão Mista do Congresso Nacional.

2.3. — ORDEM DO DIA

2.3.1 — Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

— Nº 64/80, que acrescenta inciso ao art. 20 da Constituição Federal.

— Nº 65/80, que assegura às polícias civis e militares a percepção de um adicional de risco de vida.

2.3.2 — Designação das Comissões Mistas. Fixação de calendário para a tramitação das matérias.

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 149ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE JUNHO DE 1980

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PASSOS PÓRTO

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Bernardino Viana — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Cunha Lima — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Moacyr Dalla — Alberto Lavinhas — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Franco Montoro — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnio — PMDB; Nasser Almeida — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josue de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lucio Viveiros — PP; Nélcio Lobato — PP.

Maranhão

Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS.

Piauí

Hugo Napoleão — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS.

Ceará

Antônio Moraes — PDT; Cesário Barreto — PDS; Figueiredo Correia — PP; Flávio Marcílio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PP; Marcelo Linhares — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Djalma Marinho — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Antônio Mariz — PP; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Cristina Tavares — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Joaquim Guer-

ra — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB.

Sergipe

Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PP; Elquisson Soares — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Hilderico Oliveira; Horácio Matos — PDS; Jorge Vianna; Manoel Novaes — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Vasco Neto — PDS.

Espírito Santo

Christiano Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Mário Moreira — PMDB.

Rio de Janeiro

Álvaro Valle — PDS; Benjamim Farah — PP; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daso Coimbra — PP; Joel Lima — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Moura — PP; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; Marcello Cerqueira — PMDB; Miro Teixeira — PP; Oswaldo Lima — PMDB; Peixoto Filho — PP; Rubem Dourado — PP; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Moacir Lopes — PDS; Renato Azeredo — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Alcides Franciscato — PDS; Antônio Russo — PMDB; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Freitas Nobre — PMDB; João Arruda — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Pedro Geraldo Costa — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PT; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Correia da Costa; Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS.

Mato Grosso do Sul

Levy Dias — PMDB; Ruben Figueiró — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Lúcio Cioni — PDS; Nivaldo Kruger — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Walber Guimarães — PP.

Santa Catarina

Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; João Linhares — PP; Mendes de Melo — PP; Pedro Collin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Ary Alcântara — PDS; Carlos Santos — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Getúlio Dias — PDT; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS.

Rondônia

Jerônimo Santana — PMDB; Odacir Soares — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 179 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Theodorico Ferraço.

O SR. THEODORICO FERRAÇO (PDS — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Está em visita a nossa Casa hoje o diretor da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim, Dr. Vicente de Paula Miranda, acompanhado pelo seu irmão Henrique Celso Miranda.

Cachoeiro do Itapemirim é a principal cidade do sul do Espírito Santo. Ali, através da Santa Casa de Misericórdia, tem sido prestado socorro e assistência a todo o sul do Estado.

Recentemente, o próprio INPS classificou aquela Santa Casa como primeira categoria, não só pelos médicos, pelos enfermeiros, como pelo tratamento que vem dispensando à comunidade capixaba. E o Dr. Vicente de Paula Miranda se dedica integralmente àquela Casa de Caridade, chegando mesmo a abandonar o seu consultório médico para a ela se dedicar em horário integral.

Ao homenagear esse médico ilustre, realmente um jovem que tem destimbrado a opinião pública da minha terra, desejo inscrever nos Anais do Congresso Nacional os agradecimentos deste modesto parlamentar que representa Cachoeiro do Itapemirim, registrando o seu trabalho, a sua abnegação. O pobre jamais volta sem atendimento da Santa Casa de Misericórdia; o pobre, desprovido de recursos, jamais teve negado um internamento naquela Santa Casa, o que serve de exemplo para outras Santas Casas, onde somente os privilegiados são atendidos.

É um registro que faço, ao agradecer à Santa Casa de Misericórdia, sob o comando do Dr. Vicente de Paula Miranda e de uma seleta diretoria em Cachoeiro do Itapemirim. Que aquela Casa sirva de exemplo às demais Casas de Caridade de todo o Brasil, são os meus votos. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Tivemos conhecimento da escolha do nosso querido colega Benjamim Farah para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Foi uma escolha acertada; como disse, porque o nosso colega é portador de uma folha de serviços que lhe fez granjear o respeito, estima e consideração de todos nós; principalmente da população do Estado do Rio de Janeiro, onde ele é por demais conhecido e tem representado aquela região no Parlamento nacional, durante longos anos, em muitas legislaturas.

Quando cheguei em 1955 à Câmara dos Deputados, no Palácio Tiradentes, já encontrei Benjamim Farah como um dos grandes representantes daquele Estado, daquela região, defendendo os interesses do povo brasileiro. Destaco entre as suas reivindicações, a luta que empreendeu em favor da nobre classe dos funcionários públicos, da qual se constituiu como principal defensor.

Em razão disso e também como médico, humanitário como é, professor do Colégio Pedro II, e educador de escol, ocupou os maiores postos da vida pública; Deputado constituinte, reeleito em várias legislaturas, Senador da República e atualmente de novo Deputado Federal.

Deixando esta Casa para ocupar o elevado cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por escolha do ilustre Governador Chagas Freitas, sentiremos, por certo, a sua ausência, porque todos nós o consideramos um companheiro leal, amigo e solidário nas ocasiões oportunas. Todavia, Sr. Presidente, não podemos deixar de registrar o feliz evento, com satisfação, porque, certamente, a escolha de Benjamim Farah, ao final de sua carreira política, foi o coroamento de todo esse trabalho, de todo esse esforço, de toda essa dedicação à Pátria e ao povo brasileiro, durante longos anos.

Queremos, portanto, registrar aqui as nossas felicitações ao Governo Chagas Freitas e, ao mesmo tempo, levar ao nosso prezado amigo o nosso abraço de congratulações, extensivo, também, a todos os membros da sua ilustre estirpe.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Athiê Coury.

O SR. ATHIÊ COURY (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Está tomando rumos bastante diferentes de sua finalidade precípua o chamado "trote" entre os estudantes. Tradicional em quase todas as universidades do mundo, tendo tomado nalgumas delas características especiais que facilitam até a identificação da universidade pelo tipo de "trote" que seus estudantes realizam, essa festa foi criada para comemorar a chegada de novos estudantes, o que significa, sempre, vida nova para a escola.

De um tempo a esta parte, entretanto, Srs. Parlamentares, o "trote" tem tomado feições de tragédia, não sendo poucos os casos de brincadeiras estudantis que acabaram em morte, devido aos abusos provenientes de muitos fatores, os quais não me cabe aqui examinar.

Uma dessas mais recentes tragédias de que tenho notícia foi realçada agora, na Câmara Municipal de Santos. Aquela Edilidade, em sua reunião do dia 31 do mês de março próximo passado, aprovou requerimento de seu ilustre Presidente, o nobre Vereador Dr. Washington Di Giovanni, no sentido de que fosse pedida a nossa colaboração para uma interferência que nos parece cabível na tramitação de um projeto de lei visando a extinguir e a proibir o "trote" em todo o território nacional. A Câmara Municipal de Santos estava e está preocupada, como nós, com a desvirtuação dessa festa estudantil que, quando sadia, é bastante proveitosa. Os Vereadores santistas, Sr. Presidente, estavam lamentando trágica ocorrência na Faculdade de Direito de Mogi das Cruzes, onde um "calouro" veio a falecer, vítima do mau uso do "trote". É mais lamentável ainda porque se tratava de um estudante pobre, filho de pedreiro que, com bastante sacrifício de sua família, por certo, havia conseguido chegar à Faculdade de Direito, para morrer estupidamente numa brincadeira que deveria ser sempre benfazeja. E os Nobres Vereadores de Santos pedem nossa interferência para apresentar emenda ao projeto de lei já aludido, tentando regulamentar essa festa estudantil, ao invés de proibi-la, o que estamos providenciando.

Realmente, Sr. Presidente, a simples desvirtuação de um evento não implica necessariamente em sua extinção pura e simples. Infelizmente, nós temos uma capacidade incrível para tirar as coisas mais puras de sua caminhada correta. Exemplos disso eu os poderia citar às dezenas, mas cito somente dois, além do "trote": o Natal de Jesus Cristo e o Dia das Mães. Quem negaria, hoje, que esses dois grandes eventos, profundamente arraigados na consciência cristã de quase todos os países do mundo todo (mesmo aqueles que não são declaradamente cristãos), não estão desvirtuados? Ninguém. Entretanto, alguém jamais pensou em extinguir ou proibir as comemorações do Natal ou do Dia das Mães, só porque essas festas foram e estão sendo cada vez mais desvirtuadas. O mesmo raciocínio se pode aplicar ao "trote" estudantil.

Há necessidade de sua regulamentação. É necessário coibir os abusos que se fazem em nome da alegria, passageira, é bem verdade, da recepção de novos colegas em uma determinada escola. Proibir a realização do "trote" é mais um convite à sua realização perigosa e ainda mais desvirtuada. Canalizar as grandes energias que o "trote" pode produzir, e produz, para fins altamente aproveitáveis, eis a orientação que deve ser seguida, em nosso entender.

Era o que tínhamos para dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Euclides Scalco.

O SR. EUCLIDES SCALCO (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Paraná, hoje, é o Estado que se coloca em primeiro lugar na produção de grãos no País, superando o antigo celeiro do Brasil, o Rio Grande do Sul.

Nosso Estado é tido como o "Eldorado" da agricultura nacional, e razões para isto existem, pois lá colhemos soja, trigo, arroz, milho, feijão e café, isto em se falando nas principais lavouras. A pecuária está-se afirmando como das principais fontes de renda. A produção de madeira ainda participa significativamente na pauta de nossa produção. O mate se coloca tradicionalmente com importância na geração de divisas. A indústria está se afirmando com a implantação de importantes parques. A produção de suínos é respaldada pelo maior rebanho nacional.

Mas, embora o Paraná apresente esta pujança na área econômica, é um Estado que se apresenta sem a mínima participação nos postos de decisão do País. Não temos nenhum ministro, nenhum paranaense no primeiro escalão.

Por que isto ocorre com o Paraná? Nosso Estado vive, desde 1960, sob o domínio do grupo Ney Braga, e a este só interessa a promoção pessoal. Pelo seu domínio absoluto, não possibilitou que nas últimas duas décadas surgissem lideranças que pudessem ofuscar o brilho de sua estrela. Nisto devemos reconhecer sua capacidade. Sempre que alguém aparecia e tinha a ousadia de tentar superar seu criador, era inexoravelmente podado. Isto em se falando daqueles que em algum tempo mereceram sua proteção. Com relação às lideranças de oposição, enquanto pôde, elas foram eliminadas pelos atos de exceção.

E hoje, enquanto sua estrela declina a nível nacional, ao invés de se preocupar com a imagem de nosso pujante Estado, exigindo a sua participação nos órgãos de decisão nacional, preocupa-se em aprovar lei que possibilite aposentadorias no Tribunal de Contas somando até 15 anos de qualquer tipo de atividade particular, propiciando, desta forma, novas vagas para nomeação de apaniguados seus, dando continuação à ciranda de mordomias.

Os interesses do Estado do Paraná não são levados em consideração pela política do Governo central, ficando nosso Estado, desta forma, marginalizado.

E o momento de todas as forças vivas paranaenses assumirem a defesa daquilo que é nosso para evitarmos a expoliação de que somos vítimas.

Constroem-se enormes Usinas em nosso Estado. A capacidade hidrelétrica do Paraná é de 28.515 MW, somente superada pela Bacia Amazônica. Nossas melhores terras foram e estão sendo alagadas, e em troca disto o que estamos recebendo? Aumento do número de bóias-frias e evasão de nossa população para o Paraguai, Mato Grosso, Rondônia e outros Estados da Federação. E o que o Governo Estadual está fazendo? Nada! Procura apenas acomodar os seus áulicos, para que tenham um futuro sem dificuldades, enquanto o Estado fica à margem dos acontecimentos nacionais.

É bem esclarecedor o editorial do Informativo da Federação do Comércio de Curitiba, que transcrevemos para que fique nos Anais da Casa. É do seguinte teor:

"Editorial

UFANISMO TINGUI CHINFRIM E MOFINO

O paranaense é um tímido. Não temos a bravata do gaúcho, a consciência do poder de realização econômica do paulista, nem a "mineiridade" da gente das Alterosas. Jamais seríamos capazes da extroversão, quase álcere, do carioca ou o senso lúdico dos baianos, dengosos, apimentados no sensualismo que lhes vem das raízes negras. Nunca seremos o sofrido nordestino, extroverso, falador, hospitaleiro. Somos paranaenses na timidez quase prudentopolitana, com arremedos de uma consciência histórica da Lapa, itinerantes como os palmeirenses, caminhando caminhos de caminhadas até os confins do Rio Grande do Sul, no lombo do burro, para fundar Palmeira das Missões.

A timidez, que nos introverte, compensa-se — na eterna busca da lei do equilíbrio — no trabalho. Somos quase 10 milhões e 500 mil ocupando, apenas, 2,4% do território brasileiro, que transformamos num "jardim agrícola". Daqui erguemos, em nossas mãos, para colocar nas estatísticas brasileiras, um símbolo representado por 27% da produção graneleira do Brasil, como a testemunhar que nossa introversão, que nos faz os mais tímidos brasileiros deste continente, é compensada pela silenciosa fúria de trabalhar a terra, possui-la, fecundá-la, fazendo com que de seu ventre nasçam as visões mais claras do que, realmente, somos. Somos trabalho, no quase mutismo de nossa timidez introvertida, observado, inclusive, por Joelmir Beting: "Em silêncio, os paranaenses querem desbancar mineiros, gaúchos, fluminenses na corrida para o título de segundo parque industrial do Brasil".

Na pujança de nossa agricultura e na arrancada industrializatória que perseguimos, falta-nos, porém, a arte de fazer um *self-portrait*. Não falamos sobre nós mesmos. Somos tímidos, até mesmo, para desenhar nosso caráter como povo, com perfil ainda não suficientemente gizado na psicologia global do paranaense. É preciso que façamos o mergulho para dentro de nós mesmos na busca do auto-retrato. Auto-retrato que não devemos temer venha ser grotesco, mas, conhecendo-nos, poderemos vencer defeitos e melhor aprimorar virtudes.

A força de nossa timidez reflete-se no ufanismo tinguí, que badala estatísticas, joga confetes sobre números conquistados, tece

loas e ditirambos sobre volumes graneleiros, empunha quilovates impressionantes para tapar os buracos compensatórios das depressões de nossa timidez e introversão. Vimos preferindo, nos últimos decênios, fazer maravilhosos com o produto de nosso trabalho, preferindo o êxtase da conquista alcançada a mover as pernas na direção de conquistas de terrenos e de espaços políticos, administrativos, econômicos, financeiros, culturais e de posições de preeminência jurídica que deveríamos ter, nacionalmente, em função do que somos autenticamente e da capacidade que já provamos.

Os gaúchos, nas suas bravatas, têm mais senso político que nós. São do Estado que nos dão Presidentes e Ministros. Os paulistas continuam na disparada de suas conquistas empresariais, com resultados econômicos que fazem desse Estado uma das maiores "Nações" do Novo Mundo. A "mineiridade" dá-nos, hoje, no Brasil político-administrativo, não só um Vice-Presidente, mas Ministros, Presidentes de autarquias e sociedades de economia mista. Os nordestinos continuam pedindo muito para obter alguma coisa, brandindo, sempre, suas desgraças climáticas, delas fazendo a força para inclinar a grande cornucópia dos dinheiros nacionais para a região.

O Paraná perde suas terras agrícolas para serem cobertas com água dos reservatórios das usinas que fornecerão energia barata para São Paulo continuar expandindo seu parque industrial. A Nação nos toma os dinheiros do confisco cambial sobre o café e outros produtos, pauperizando nossa poupança e impedindo que se construa, com maior rapidez, nosso destino industrial. Eu, você e ele, todos os paranaenses, pagamos o então Imposto de Vendas e Contribuições (IVC), que foi lastro enorme para que se pudesse construir a Estrada de Ferro Central do Paraná (Ponta Grossa—Apucarana), depois "anexada" à Rede Ferroviária Federal S.A., junto à qual estamos, faz anos e anos, tentando reaver o que o Paraná gastou em himalaia de dinheiros públicos (e empréstimos junto a bancos americanos) para essa "espinha de aço" do sistema de transportes do Estado. Entra governo e sai governo e continuamos a ver navios... O dinheiro não vem e temos, com nossa timidez, receio em pedir de volta o que se nos é devido com os naturais juros e correções monetária... Estes são alguns dos macro-exemplos. Os micro refletem, também, a preterição paranaense. *Se buscássemos ilustração para revelar quanto somos lateralizados*, bastaria a citação do caso de como vimos sendo tratados no quadro humano do atendimento médico-hospitalar. *Ganhamos* do Rio Grande do Sul em população (8.340.300) contra 10.326.900 paranaenses. Na produção agrícola, o Paraná contribuiu com 7,8% e os gaúchos com 5,1% do total nacional. Mas, em assistência hospitalar *per capita* o Paraná tem 612 cruzeiros (urbano) e 101,00 (rural), enquanto que para o Rio Grande é de 746,00 e 328,00, respectivamente. A assistência médica aos acidentados, *per capita*, para o Paraná, é de 26 cruzeiros (urbano), sendo 0,93 centavos para o rural, enquanto que os gaúchos têm 50 cruzeiros para a assistência ao homem urbano e 9,4 cruzeiros para o rural. De maneira global, o programa saúde, no Paraná, para a clientela urbana, é de 1.125,00 e para a rural de 158,00 cruzeiros *per capita*, enquanto que, para o Rio Grande do Sul, para a clientela urbana, é de Cr\$ 1.534,00 e para a rural é de Cr\$ 384,40 *per capita*. A internação, no Paraná, para a população urbana é de Cr\$ 4.157,00 e Cr\$ 2.488,00 para a rural, enquanto que para o Rio Grande é de Cr\$ 5.255,00 urbano e Cr\$ 5.133,00 rural, *per capita*. O Paraná, com 5.911.600 pessoas, no meio rural, tem direito a somente 240.000 internações, enquanto que o Rio Grande do Sul, com 3.294.000 pessoas, tem direito a 210.000 internações.

Ora, toda a atividade empresarial hospitalar e assistencial, em nosso Estado, é preterida, em relação àquela existente no Rio Grande do Sul, como se fôssemos desiguais em níveis de capacidade, eficiência, ou, o que também é pior, em termos de serviços à comunidade que, sendo maior, é, também, titular de maior produtividade econômica. A que se deve isto?

Somos tímidos. Não temos os rompantes dos gaúchos, nem o mineirismo cauteloso e hábil da gente das Minas Gerais. Nem sabemos fazer pressões como os paulistas, com os bolsos e as mãos cheios de poder econômico, jogando-se em conquistas por sobre os terrenos das decisões técnico-burocráticas de Brasília. Nem sabemos pedir, jamais, como os nordestinos. Preferimos ficar insulados na nossa timidez, tentando justificar essa forma de introversão que nos caracteriza com o brilho dos números, das estatísticas, da conquista de nosso trabalho. E a Presidência da República é uma qui-

mera; os Ministérios parecem inacessíveis; as reivindicações — tantas justas e quantas delas imprescindíveis — embaralham nossas pernas, que se enroscam e toíhem quaisquer posições verticais que deveríamos e precisaríamos tomar, para vencer, até mesmo, iniquidades grandes ou pequenas, como essa que registramos com a ilustração dos exemplos na área da assistência humana aos paranaenses, no que se refere aos hospitais e às internações.

Nosso perfil está aí, embora toscamente garatujado. Somos muito de "heróis noturnos", que o clarão matutino da realidade nos recoloca numa incompreensível timidez, que se fortalece como um aberrante paradoxo, se considerarmos que numa única geração — entendida, sociologicamente, como um espaço de 60 anos — passamos a ser Estado entre os 5 maiores do Brasil. A grande luta, que precisamos vencer, está, agora, em nós mesmos, em nosso imo, na timidez que somos, que se contrasta com os números, os cifrões e as ascendentes curvas estatísticas que fazem o exterior da realidade do Paraná. O problema se agudiza, agora, na psicologia do próprio paranaense atual. Crescemos. Estamos maravilhados com os gritos de nossa puberdade econômica. Mas, continuamos grandes... e tímidos."

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Leorne Belém.

O SR. LEORNE BELEM (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Ocupo a tribuna para manifestar minha estranheza diante de algumas críticas que têm sido aqui formuladas contra o Ministro da Justiça, nosso companheiro Ibraim Abi-Ackel. Estou convencido de que somente aquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de conviver com aquele eminente colega, aqui nesta Casa, é que podem levantar, como o fazem injustamente, alguns reparos a sua atuação à frente daquele Ministério.

Aceito a crítica, acho que deve haver discordâncias quanto às diretrizes estabelecidas por S. Ex^a na condução dos problemas afetos a sua pasta, notadamente aqueles que possam provocar algumas polêmicas pela sua natureza política. Mas, discordo frontalmente dos que agredem moralmente S. Ex^a. O Ministro Abi-Ackel, pelo seu passado de parlamentar, pela sua conduta, pelo seu equilíbrio, pela sua atuação parlamentar aqui nesta Casa, granjeou o respeito, a admiração, não só dos seus colegas de Bancada, mas sobretudo dos seus companheiros da Oposição. Daí por que acredito que estão desinformados aqueles que investem contra a sua conduta, contra a sua postura moral, e o fazem no momento em que, mais do que nunca, precisamos fortalecer as lideranças civis. E, inegavelmente, o Ministro Abi-Ackel, por todas as condições morais que possui, pela sua competência, pelo seu passado político, é exatamente aquele líder civil que no momento desponta no cenário político nacional.

Acho que essas críticas impropriedades e injustas decorrem mais do desconhecimento que se tem da personalidade do nosso Ministro da Justiça do que propriamente do desejo de agredir uma das figuras mais respeitáveis deste Governo.

Daí por que, ao manifestar a minha estranheza, desejo de igual modo me solidarizar com aquele nosso companheiro, com quem convivi muito pouco e de cuja intimidade não gozo mas de quem, no decurso de tempo em que tive o prazer de com ele conviver nesta Casa, foram-me dados elementos para avaliar, para fazer um juízo da sua marcante personalidade.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edson Vidigal.

O SR. EDSON VIDIGAL (PP — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em seu livro *Marimbondos de Fogo*, o poeta e Senador José Sarney, que tanto tem honrado as tradições literárias do Estado do Maranhão, reporta-se ao período em que governou nosso Estado, lastimando-se poeticamente por haver determinado a extinção dos serviços de transporte coletivo urbano que utilizavam os bondes. E assim se confessa o poeta:

"Não me juígueis pelo bonde de minha infância
que matei
Porque eu o amava e o matei
Como se não mata o amor
Mas pelo indesejo da morte."

E após estes versos em que as suas musas lhe inspiram a rememoração das épocas felizes da São Luís mais quieta e mais romântica, ele conclui, dizendo:

"Eu matei tudo, e tudo me matou."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, evoco esta passagem poética ao trazer um problema, exatamente consequência da extinção do serviço de transportes urbanos na Cidade de São Luís do Maranhão, através dos bondes, ocorrida naquela época em que governar no Brasil, sinônimo de progresso no Brasil, era extirpar, extinguir do meio do povo aquelas coisas que pareciam mais antigas. E o bonde, como símbolo de antiguidade, foi vítima não só no Maranhão mas em todo o Brasil, resultante de toda aquela febre progressista que existia; foi preterido em favor do transporte coletivo movido a diesel e a gasolina.

Hoje, entretanto, decorrido tanto tempo, chega-se à conclusão de que os administradores do País, àquela época, não estavam bem inspirados quando determinaram o fim do serviço de transporte coletivo feito, especialmente, através dos bondes.

A Cidade de São Luís, por exemplo, que é uma cidade colonial, uma cidade fundada por franceses, invadida por holandeses, colonizada por portugueses, a cidade, hoje, respira um clima intragável.

Às vezes, não sabemos exatamente onde estamos, percorrendo as ruas e descendo as ladeiras da Ilha do Maranhão. Não sabemos se estamos, de repente, transferidos a uma Nicarágua qualquer, onde a gente, de repente, tem a impressão de que alguma coisa vai explodir, alguma coisa vai acontecer, ou se os nossos pés estão a percorrer os mesmos itinerários dos tempos em que aquela ilha poética inspirava a muitos, inclusive ao nosso ex-Governador e hoje Senador tantas incursões pela literatura, se aquela cidade está condenada à liquidação, se ela está condenada, pelo marasmo e pela imprevidência de administradores incompetentes e medíocres, a se transformar em uma cidade arrasada, tantas são as dificuldades, as deficiências e os problemas urbanos que hoje lá existem.

Recentemente, o Ministério dos Transportes adotou providências no sentido da instalação do terminal de passageiros da Estrada de Ferro São Luís—Teresina para o bairro do Tirirical. Isso possibilitaria a realização de um projeto antigo, atendendo aspirações velhas de toda a comunidade, porquanto daria margem para que se aproveitasse todo o traçado da via férrea do bairro do Tirirical, traçado este que corta todos os principais bairros da cidade até a Avenida Beira-Mar, no centro. Ou seja, com o deslocamento desse terminal de passageiros, teríamos tudo pronto para a implantação de um sistema de pré-metrô, ou metrô de superfície, de trem suburbano.

Mas vejamos como são os governantes neste País; cogita-se não de aproveitar esse traçado da linha férrea, para que se possa dotar a cidade de um sistema de transporte de massa barato e eficiente; cogita-se de construir uma avenida, porque a avenida é algo que, no visual, pode render mais dividendos de votos, mas que, na verdade, rende despesas que o Estado, altamente endividado, não pode arcar.

O sentido da nossa intervenção é para fazer um apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, com quem estivemos recentemente, o Senador Alexandre Costa e eu, em audiência, para que S. Ex.^a determine estudos no sentido do aproveitamento desse traçado da linha férrea, que já existe, e que comparasse, procurasse ver, em termos de metrô de superfície ou em termos de avenida, o que mais convém aos interesses não apenas da comunidade do Maranhão, mas aos interesses nacionais, nesta época em que estamos todos nós preocupados com a contenção de despesas, especialmente no consumo de combustível.

O registro é para este apelo ao Ministro Eliseu Rezende, que determine a realização desses estudos para que possamos, ainda neste nosso tempo, em que este poeta que bem cantou a liquidação dos bondes no seu *Marimbondos de Fogo*, possamos ver a sua e a minha cidade, que é a nossa cidade de São Luís, redimida daquilo que foi morto, daquilo que foi assassinado, dos trilhos enferrujados, sepultados pela febre do asfalto. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Depois de anunciado o retumbante sucesso da vacinação em massa contra a poliomielite, ocorrida dia 14 último, quando foram imunizadas perto de 80% de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, chega-me às mãos recente estatística divulgada pela Organização Mundial da Saúde, na qual o Brasil aparece como campeão absoluto — Medalha de Ouro: 1) 12 milhões de esquistossomáticos; 2) 11 milhões de doentes mentais; 3) 14 milhões de doentes de

Chagas. Medalha de Prata: a) 900 mil doentes de malária; b) 500 mil doentes de tuberculose. Medalha de Bronze: 140 mil leprosos.

Ressalte-se que o Brasil detém o constrangedor galardão de vice-campeão de mortalidade infantil, só perdendo para o Egito, campeão absoluto.

Para as Olimpíadas de Moscou, além da Copa do Mundo (Tricampeão de Futebol), o Brasil poderá juntar a Copa de Saúde, com os lauréis conquistados e relacionados pela Organização Mundial de Saúde.

E o caso de se perguntar: até quando? (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Max Mauro.

O SR. MAX MAURO (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Em maio do ano passado, fiz um pronunciamento nesta Casa, denunciando as manobras da empresa multinacional ARACRUZ Celulose, localizada no Estado do Espírito Santo, contra os índios tupiniquins, da comunidade de Caieiras Velhas, ao norte de Vitória.

Naquela oportunidade, pedi à FUNAI, através de *telex* enviado ao então presidente do órgão, Dr. Ademar Ribeiro da Silva, que autorizasse a imediata demarcação das terras indígenas, ocupadas pela ARACRUZ Celulose. Mas a burocracia brasileira, este monstro de muitos tentáculos, realmente, tem uma força extraordinária. Até hoje, a FUNAI não demarcou as terras dos Tupiniquins, em Caieiras Velhas, o que surge, por outro lado, que setores do Governo têm sucumbido às pressões constantes da ARACRUZ Celulose, que tem interesse em tomar as terras indígenas, que, aliás, já ocupa há muitos anos.

Agora, Srs. Congressistas, vem de Vitória a notícia de que os Tupiniquins, por conta própria, estão providenciando a demarcação de suas terras, pois eles não suportam mais as promessas da FUNAI. Esse fato, obviamente, pode gerar conflitos na região, pois o Governo tem feito vista grossa ao problema indígena do Espírito Santo — como do Brasil, de modo geral, vale ressaltar.

O Governo Federal tem sido conivente com a multinacional ARACRUZ Celulose. Menosprezando as justas reivindicações dos Tupiniquins, protelando a demarcação, a FUNAI atende aos interesses desse poderoso grupo estrangeiro, pouco se importando com o direito da minoria indígena.

O mais curioso nisso tudo, Srs. Parlamentares, é que num documento interno da ARACRUZ Celulose, com data de 11 de maio de 1979, assinado pelo Sr. Roberto Luiz Portella, e endereçado ao Sr. Ricardo de Faria, está escrito que "o Ministro do Interior é pessoa que muito poderá ajudar a ARACRUZ nesse sentido", ou seja, no sentido de proteger os interesses da multinacional.

O Coronel Mário Andreazza, Ministro do Interior, deve uma explicação à opinião pública a respeito de que maneira S. Ex.^a poderia ajudar a ARACRUZ Celulose. Isso é muito suspeito, pois a FUNAI está subordinada ao Ministério do Interior, a quem cabe, portanto, a política de proteção constitucional aos indígenas.

Além disso Srs. Congressistas, em outro documento, este com data de "22 de novembro de 1979", com 6 páginas, intitulado "Nota Sobre o Problema dos Índios em ARACRUZ", a empresa ARACRUZ Celulose argumenta que "foi sendo formada uma espécie de coligação de grupos radicais, extremados e esquerdistas, reforçada por organismo das igrejas cristãs, CIMI e Comissão de Justiça e Paz, que passaram a agir mais agressivamente".

Diz o documento da ARACRUZ Celulose que "notoriamente instigados por ativistas de esquerda e padres, a mesma reserva florestal nativa foi invadida por pessoas de Caieiras Velhas, liderados pelo Benedito "fumaça", que nunca foi índio... Toda a constelação de órgãos que atualmente age sincronizadamente entrou em ação: jornalistas, esquerdistas, CIMI (Conselho Indigenista Missionário), Comissão de Justiça e Paz, Deputados Federais e Estaduais, etc".

Como se vê, com o único intuito de preservar as terras que tomou dos índios, a ARACRUZ Celulose investe furiosamente contra todas as pessoas e organizações que corajosamente têm defendido os interesses dos Tupiniquins.

E profundamente lamentável, Srs. Congressistas, que o Governo Federal esteja aliado a essa multinacional, da qual, aliás, o Exm.^o Sr. Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, foi Presidente. O Sr. Galvêas, vale recordar, é aquele mesmo envolvido no escândalo das ações da Companhia Vale do Rio Doce e também da denúncia que fiz, no mês passado, de que é favorecido pelo Governo para fazer volumosas importações através do Porto de Vitória.

Isto tudo não constitui surpresa, pois este Governo dos poderosos, é contra o povo brasileiro. Não foi escolhido pelo povo e, por isto, sente um estranho prazer em menosprezar todas as legítimas reivindicações populares.

As terras da ARACRUZ Celulose pertencem aos índios Tupiniquins. Essa é uma verdade histórica e este Congresso Nacional tem que se colocar na defesa dos interesses brasileiros, contra a poderosa multinacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto). — Concedo a palavra ao nobre Deputado Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Realiza-se em Brasília, de 6 a 11 de julho próximo, o IV Congresso Brasileiro de Educação Pré-Escolar.

Conhecemos a dedicação dos que organizam este Congresso, sua capacitação técnica e sua vontade de contribuir para o desenvolvimento da educação pré-escolar. Por isso, não me é difícil concluir que acontecerá alguma coisa de sério na área da Educação, em um país onde tão pouca coisa séria acontece neste setor.

O ensino pré-escolar é certamente — ou deveria ser — a primeira prioridade de uma política educacional coerente no Brasil. A sua falta é a responsável pela baixíssima qualidade de nossa escola de 1º grau, pelos altos índices de repetência e de evasão. A falta de pré-escolar é sobretudo responsável pela real e profunda elitização da escola brasileira.

Porque, Sr. Presidente, os filhos de famílias abastadas têm seu pré-escolar assistemático, em casa, quando não frequentam boas escolas. Têm jogos educativos ou pelo menos um ambiente que lhes permite o pleno desenvolvimento dos sentidos e percepções. Brincam com bonecas e cubos numerados, com bolas e lápis. Aos 5 ou 6 anos, estão alfabetizadas. Se não, serão rapidamente alfabetizadas ao chegarem à primeira série, aos sete anos. O filho de um favelado em minha cidade, Sr. Presidente, ao entrar na escola, com os mesmos sete anos, é apresentado pela primeira vez a um lápis, e só então conhece um algarismo. Não terá qualquer condição de competir com seu companheiro socialmente favorecido, e será considerado pouco inteligente ou incapaz.

E, no entanto, são justamente as crianças socialmente favorecidas as que geralmente se beneficiam da pré-escola; as que menos precisam.

Este Congresso convidou prefeitos de todas as cidades brasileiras. Já terá prestado grandes serviços à escola, se conseguir convencê-los de que devem investir prioritariamente em educação pré-escolar. Estarão fazendo economia para seus municípios, porque estarão evitando despesas com repetências futuras. Cada centavo aplicado no pré-escolar são cruzeiros economizados na escola de 1º grau.

Não se democratiza a sociedade pelo acesso de todos à escola, mas sim pelo acesso de todos ao saber. Se a escola não transmite saber — e é exatamente isso que está acontecendo —, ela nada representa. Não são o diploma ou a carteirinha de estudante que promovem socialmente; a promoção social pode ser obtida pelo conhecimento acumulado na escola, que o diploma ou a carteira devem atestar. O ascensorista que me conduz todos os dias ao gabinete, é psicólogo formado. Mas continua ascensorista, com a desvantagem de não saber trocar fusíveis quando o elevador enguiça. Esta é a comédia da educação brasileira que cresceu mais de 1.000% em nível de 3º grau, nos últimos quinze anos, mas que se mantém desatenta à pré-escola, aumentando a legião de semi-alfabetizados pelo país afora. Se esse índice de 1.000% fosse o do crescimento da educação pré-escolar, não teríamos hoje psicólogos-ascensoristas, mas teríamos provavelmente uma escola sólida em todos os seus níveis, logo bons psicólogos e ascensoristas capazes de trocar fusíveis.

Nossos votos, Sr. Presidente, são no sentido de que o próximo IV Congresso desperte a consciência do País. As árvores só podem crescer se dispostas de boas e sólidas raízes. As raízes da educação estão na pré-escola. E, no Brasil, elas ainda estão débeis.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto). — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

Foram encaminhadas à Presidência as Propostas de Emenda à Constituição nºs: 64, de 1980, que acrescenta inciso ao art. 20 da Constituição Federal; e 65, de 1980, que assegura às polícias civis e militares a percepção de um adicional de risco de vida.

Para leitura das propostas e demais providências necessárias à sua tramitação, convoco sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto). — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1980—CN (apresentado pela Comissão Mista como con-

clusão de seu Parecer nº 47, de 1980—CN, com voto em separado do Senhor Deputado Edgard Amorim), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.739, de 26 de dezembro de 1979, que fixa o limite máximo do salário de contribuição, previsto na Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vou encerrar a discussão. (Pausa.) Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto). — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1980—CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 55, de 1980—CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.740, de 26 de dezembro de 1979, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vou encerrar a discussão. (Pausa.) Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto). — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1980—CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 56, de 1980—CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.741, de 27 de dezembro de 1979, que altera a redação do art. 13 do Decreto-lei nº 1.089, de 1970.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto). — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1980—CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 63, de 1980—CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.742, de 27 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a realização das despesas à conta de recursos vinculados do Tesouro Nacional no exercício financeiro de 1980, e dá outras providências.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto). — Os projetos de Decreto Legislativo que acabam de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a Redação Final, nos termos regimentais, vão à publicação. Nada mais havendo que tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 32 minutos.)

ATA DA 150ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE JUNHO DE 1980

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PASSOS PÓRTO

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Bernardino Viana — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Cunha Lima — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pórtio — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Moacyr Dalla — Alberto Lavinas — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Franco Montoro — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amilcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Nélcio Lobato — PP; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Marão Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Hugo Napoleão — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Antônio Moraes — PDT; Cesário Barreto — PDS; Figueiredo Correia — PP; Flávio Marcílio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PP; Marcelo Linhares — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Djalma Marinho — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Cristina Tavares — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Marcus Cunha — PMDB; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB.

Sergipe

Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PP; Elquisson Soares — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Hilderico Oliveira; Horácio Matos — PDS; Jorge Vianna; José

Amorim — PDS; Manoel Novaes — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Vasco Neto — PDS.

Espírito Santo

Christiano Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Mário Moreira — PMDB.

Rio de Janeiro

Álvaro Valle — PDS; Benjamim Farah — PP; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daso Coimbra — PP; Edison Khair — PT; Joel Lima — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Moura — PP; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; Marcello Cerqueira — PMDB; Miro Teixeira — PP; Oswaldo Lima — PMDB; Peixoto Filho — PP; Rubem Dourado — PP; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; Juarez Batista — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Moacir Lopes — PDS; Nogueira de Rezende — PDS; Renato Azeredo — PP; Tarcísio Deigado — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Alcides Franciscato — PDS; Antônio Russo — PMDB; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Freitas Nobre — PMDB; João Arruda — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Pedro Geraldo Costa — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Santilli Sobrinho — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PT; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Correia da Costa; Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Levy Dias — PMDB; Ruben Figueiró — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Braga Ramos — PDS; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Lúcio Cioni — PDS; Nivaldo Kruger — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Walber Guimarães — PP.

Santa Catarina

Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; João Linhares — PP; Mendes de Melo — PP; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebíades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Ary Alcântara — PDS; Carlos Santos — PMDB; Eloar Guazelli — PMDB; Getúlio Dias — PDT; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS.

Rondônia

Jerônimo Santana — PMDB; Odacir Soares — PDS.

Roraima -

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 186 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Têm a palavra o nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO — (RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No mês de maio p. passado, foi comemorado, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, o 70º aniversário do movimento escoteiro no Brasil, com uma solenidade na Praça Baden Powell, na Glória, junto ao busto do fundador do escotismo. Na ocasião, o Governador Chagas Freitas e o Secretário Arnaldo Niskier foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente de honra do movimento no Rio.

A mensagem do Governador, lida pelo Secretário de Educação e Cultura, dizia que "o escotismo foi instituído em momento difícil da vida dos povos. O desalento, o ceticismo, o desprezo pelos valores humanos criava para as nações um clima depressivo de terríveis efeitos morais sobre a coletividade. Foi quando um homem de visão e força de caráter resolveu convocar a juventude para a luta em defesa dos sentimentos mais nobres e dos ideais maiores da humanidade. Sua doutrina e sua capacidade de organização conseguiram esse milagre moderno, projetando-se a obra gloriosa de Baden Powell sobre todos os continentes. E assim, com essa mobilização das vontades para a causa verdadeiramente sacrossanta da paz, do entendimento e da cooperação entre todos, como que se restabeleceu no mundo um pouco de alegria de viver, abrindo-se amplas perspectivas no caminho luminoso da existência. Claro que não foram resolvidos os problemas que afligem a humanidade. Mas uma réstia de luz apareceu no horizonte, orientando os homens de boa vontade nos ásperos tempos em que vivemos. De fato, em Baden Powell os moços encontraram ontem, encontrarão sempre um modelo de firmeza, de dedicação ao interesse coletivo, de vigor intelectual e de força criadora, compondo um quadro de grandeza em toda a sua plenitude. Nos escoteiros brasileiros, quero saudar o espírito indomável da juventude, imortal como a alma da esperança".

Sr. Presidente, ao registrar o auspicioso evento nos Anais do Congresso Nacional, impõe-se-me o dever de ressaltar a efetiva colaboração do escotismo em favor do aprimoramento cultural e cívico da juventude brasileira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Josué de Souza.

O SR. JOSUÉ DE SOUZA (PDS — AM. Pronuncia seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Já pela manhã, no pequeno expediente, tive oportunidade de aludir, na Câmara dos Deputados, sobre a entrevista que o Presidente João Figueiredo deu a jornalistas do Mato Grosso. Queixava Sua Excelência do fato de ter dado liberdade de imprensa e ela estar sendo usada desregradadamente para pintar quadro negro do Governo e pouco aludir às grandes realizações da Administração Pública. Disse, então, e repito que não se pode atribuir maior responsabilidade aos jornais e aos jornalistas, porque é a natureza do homem que exige e dá preferência às leituras agressivas e sanguinárias. Aludi, então, a vários episódios e quero acrescentar, agora, exemplos de que o homem brasileiro, como todos os outros, dá menos importância aos seus beneficiários, aos que realizam e descobrem remédios, fazem ou abrem estradas ou caminhos, e preferem homenagear, com a sua presença, os inimigos da humanidade. Lembro que Alexandre Fleming, o descobridor da penicilina, ao desembarcar no Brasil, no Rio de Janeiro, teve meia dúzia de pessoas a recebê-lo. Sabin passou pelo Rio de Janeiro, como outro médico qualquer, e só foi destacado em manchetes das nossas gazetas quando tomou a iniciativa de atacar o Ministério da Saúde e falar mal, de um modo geral, de todo o nosso Governo. Qualquer criminoso, de acentuada periculosidade, faz-se no mundo, a começar pelas nossas Províncias, na figura mais conhecida e mais debatida da época. Há grande chefes de Estado, em todos os continentes, realizando obras as mais sadias em projetos de sentido humano, social, político, dignos de todos os encômios e da maior divulgação. Deles não se trata senão esporadicamente. Idi Amin, pela sua excentricidade, ganhou, como pela sua violência, privilégios publicitários maiores do que qualquer outro presidente jamais alcançou. Lembrarei que, se Docas Straet fosse hoje recebido, em qualquer jornal ou televisão, seria aplaudido e abraçado, como Lee Oswald, que matou o

Presidente Kennedy, teria o mesmo tratamento do público, da imprensa, do rádio e da televisão. O jornal, como todos os elementos de propaganda de utilidade de consumo, vive à sombra da propaganda de sua tiragem ou da sua audiência e estas, à sombra dos escândalos, dos ataques das agressões, que, se não existindo, terão que ser fabricadas, a partir de um mínimo de evidência, para que o IBOPE não os coloque na rua da amargura. O mal é da imprensa brasileira? Não, senhores. O mal é da formação humana, que faz com que cada um de nós, quando ocorre um desastre, perguntemos logo: "Morreu alguém? Quantos pereceram?" E, quando sabemos que foi apenas um acidente de menores proporções, sentimos, inconscientemente, uma frustração, que se disfarça num melancólico: "Ainda bem!" Pudéssemos telefonar agora para o nosso Presidente, depois de felicitá-lo pela sinceridade com que se conduz, pela simplicidade com que encara problemas como os da liberdade, diríamos: "Presidente amigo, perdoe Getúlio Vargas pelo que teria feito contra o seu honrado pai, com repercussões em toda sua honrada família. Aprenda com ele, saiba como ele se comportou com relação à imprensa, para mercer do povo brasileiro toda popularidade que ainda hoje perdura na saudade dos brasileiros."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (PDS — AM. — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Faço parte dos que estão se preocupando muito com a situação conjuntural do Brasil. E, como já disse desta tribuna, várias vezes, nunca dividi Brasil de 1964 para cá ou para lá. Creio, inclusive, convictamente, que a situação difícil por que se passa e por que passa a Nação não decorre apenas dos idos de 1964 para cá, mas vem de muito longe, se agravando a cada ano e a cada dia. Hoje, talvez, não caiba discutir de quem é a culpa, se é daquele ou desse que dirigiu, ou que dirige o País. Mas, acredito, o que cabe hoje indagar é o que podemos todos fazer, homens de situação e homens de Oposição, homens civis e homens militares, homens do campo e homens da cidade, no sentido de conduzir esta Nação, para que ela realmente saia do impasse, sobretudo, econômico que atravessa.

Temos visto, aqui, desta tribuna, críticas acerbadadas, algumas justas outras injustas, contra os atuais dirigentes do Brasil, dentre eles, sobretudo, no campo político já se têm ouvido críticas injustas aqui proferidas a respeito do atual Ministro da Justiça.

Desejo me colocar ao lado deste companheiro, o atual Ministro da Justiça, porque o seu Ministério é um dos mais completos desta República, é admissível até que S. Ex^a, como outro qualquer, cometa algum erro, porque isto é inerente, é comum ao ser humano. Mas, sei da disposição de S. Ex^a de acertar, de abrir as comportas da democracia, e foi para isso que S. Ex^a foi chamado para lá. Se algo tem feito, e por isso criticado, que pode desagradar a alguém, isso será debitado à falibilidade humana, porque ninguém é perfeito, Sr. Presidente. Mas, acredito que nesta hora que atravessamos, que a Nação atravessa, ninguém melhor do que o Ministro Ibrahim Abi-Ackel poderia assentar-se na cadeira de Ministro da Justiça para conduzir os destinos da sua Pasta.

Por isso, quando críticas têm sido jogadas sobre S. Ex^a, homem integrante desta Casa, de um comportamento retilíneo à toda prova, desejo, desta tribuna, por dever de justiça, sobretudo como seu companheiro, defendê-lo, e dizer que S. Ex^a conduz com acerto a sua Pasta, e que se algumas falhas puderem ser encontradas, isto — mais uma vez repito — deverá ser debitado à falibilidade humana. E diria, aqui, como o bom Mestre disse: "Que atire a primeira pedra aquele que não erra", na atual conjuntura, e sobretudo, no nosso planeta Terra. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão, já chamado anteriormente.

O SR. MILTON BRANDÃO (PDS — PI — Pronuncia o seguinte discurso. Sr. Presidente:

Temos ocupado a tribuna, seguidamente, para apelar às autoridades federais. A situação do Nordeste se agrava a cada instante, a cada hora, e nós precisamos traduzir os sofrimentos daquele povo, dos seus habitantes que representam uma grande parcela do nosso País. Não há para quem apelarmos. Existe a fome, a miséria, as águas poluídas, e até mesmo água misturada com lama está sendo utilizada em certas áreas do Nordeste.

É estarecedor, é dantesco o quadro que se estampa naquela região. E não sabemos, Sr. Presidente, de medidas concretas, de medidas objetivas, da remessa de numerários para os bancos financiadores atenderem aos programas que foram anunciados pelo Governo. Pelo contrário, o que nos dizem é que há limitações de créditos, é que há escassez de crédito, é que os emprésti-

mos estão suspensos, é que as frentes de serviço estão paralisadas. Até mesmo aquelas pequenas propriedades que tinham o direito ao registro para contarem com cinco trabalhadores, ou menos, até três trabalhadores para uma ajuda, para uma cooperação, já sabemos que tudo isso foi suspenso.

E nos causa espécie, Sr. Presidente, isso nos impõe a uma indagação. Estou certo de que o Presidente João Figueiredo não apóia o gesto insensível de certos setores da administração federal que não se solidarizam com essas ocorrências lamentáveis, trágicas, que vêm ocorrendo em todo o Nordeste.

Assim, Sr. Presidente, mais uma vez nos manifestamos para fazer o nosso protesto, protesto no sentido de medidas que acautelem, que amparem os nossos irmãos que estão sendo tratados como se fossem escravos. Nós não somos filhos espúrios desta grande Pátria, somos irmãos de todos os brasileiros, somos integrantes dela. E, por isso mesmo, reclamamos a nossa parcela. Sabemos dos sentimentos de solidariedade humana do Presidente João Figueiredo. Sabemos das suas manifestações, dos sentimentos que ele estampou ao ver o quadro de fome daquela Região.

Mas, queremos dizer que as suas determinações, que os seus decretos, que as suas manifestações não estão sendo ouvidas por muitos dos seus auxiliares. Queremos que o Presidente saiba que o Nordeste amarga, que o Nordeste pena, e que o Nordeste não pode mais esperar por dias futuros, para que venha aquilo que nos foi prometido há muito tempo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa:

Durante a palestra do Ministro da Indústria e do Comércio, na tarde de hoje, respondendo a quesitos dos Srs. Deputados, deixou uma preocupação à Bancada do Rio Grande do Sul, especialmente, porque S. Ex^a negou-se a responder a uma pergunta formulada pelo nobre Deputado José Costa, a respeito da situação em que ficavam os projetos do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, alguns projetos de propeno que colidiam com projetos apresentados pela Dow Química, e que cujos projetos da Dow Química tinham sido recusados pelo Beflex.

Ocorre que, na recusa, salientava-se que alguns itens dos projetos poderiam voltar a ser apreciados. Quanto ao Rio Grande do Sul, se esses itens referentes ao Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul voltarem a ser apreciados, releio aqui texto do relatório apresentado:

"O Parecer conclui que "a ampliação pretendida torna-se, deste modo, além de dispensável, conflitante com o planejamento global do Pólo Petroquímico do Sul para o qual o CDI acolheu e aprovou intenção da Oxiteno Sul para ali implantar uma unidade integrada ao Complexo para a produção de 50.000 t/ano de óxido de propeno de derivados."

Ocorre, Sr. Presidente, que as indústrias de segundo escalão do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul já estão abandonando o projeto, ameaçando abandoná-lo, preocupadas com a impossibilidade de concorrerem com uma multinacional.

E o Ministro, na sua exposição, não deixou clara a resposta pretendida, tanto que o Deputado José Costa voltou a reinquiri-lo sobre o mesmo assunto. E, oportunamente, voltei a fazê-lo, também, em questão de ordem à Mesa, em que o Ministro teve oportunidade de responder, para tranquilizar os empresários e a economia do Rio Grande do Sul.

A permissão de ampliar-se projeto do Dow Química irá fazer com que o Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul deixe de ser uma realidade, mas passe a ser um sonho de verão do Governo anterior, e que agora está levando recursos do Governo Estadual e de empresários, e que não teria nenhuma perspectiva de fazer uma realização comercial e empresarial em confronto com uma multinacional. E sabemos que a Dow Química sempre teve e terá, neste Governo, grandes preferências. Sabemos dos graves prejuízos que ela traz a nossa economia.

Veja V. Ex^a que a empresa que trouxe de exportações para o País 31 milhões em quatro anos, custou, de remessa de dólares para o exterior, 333 milhões de dólares.

Por isso a nossa preocupação, porque o Ministro não foi claro. E por que o Ministro não respondeu a uma pergunta tão clara e tão bem formulada pelo Deputado José Costa? E reinquerido e novamente perguntado, deixou de responder, por quê? Será que a sua Pátria e o Governo já sacrificaram o Pólo Petroquímico do Rio Grande? É esta a preocupação que ficou das respostas do Ministro, hoje à tarde. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Leorne Belém.

O SR. LEORNE BELÉM (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Ministro da Agricultura esteve recentemente no Ceará, e da sua presença no meu Estado nos dá conta o jornal *Tribuna do Ceará*, no editorial sob o título "E a fome espera por fluxo de caixa?", que nos permitimos ler, neste instante, para que conste dos Anais desta Casa.

"Na reunião especial de ontem da FACIC, em que era convidado o Ministro Amaury Stabile, o assunto dominante foi a seca. Falaram vários líderes empresariais, bem como os deputados Evandro Ayres de Moura e Nogueira Diógenes, ..."

O Deputado Evandro Ayres de Moura estava ali por acaso, porque nem S. Ex^a nem sua assessoria diligenciaram no sentido de avisar, previamente, como seria de bom tom, à bancada pelo menos do seu partido, do nosso Estado, para que ali estivesse aguardando S. Ex^a e se valesse da oportunidade para debater os assuntos de interesse do Estado.

Prossigo:

"... todos ressaltando as dificuldades que se agravam nos sertões após a promessa feita pelo Governo Federal e não cumprida, no todo, até agora.

As palavras do Ministro, ao contrário do que se esperava, não foram animadoras, e chegaram até mesmo a ser decepcionantes, pois um Ministro afirmar que, numa emergência como a que estamos iniciando, os recursos irão depender de fluxo de caixa, é apavorante e profundamente insensível, tendo em vista a situação que se apresenta e diante do quadro que dia a dia se agravará mais, ao ponto de chegar o momento em que uma autoridade do porte do Ministro da Agricultura não terá condição de sustentar que os meios financeiros decorrerão de fluxo de caixa do Governo.

Um dos presentes fez até um apelo à imprensa para que não noticiasse aquela afirmativa do visitante porque a mesma poderia gerar um desânimo incontrolável nos desvalidos homens do sertão, agravando ainda mais as incertezas em que se encontram, que não permite se pagar para ver, como muita gente ainda está pensando.

Outro participante do encontro lembrou ao Ministro que a seca, até pouco tempo atrás, era uma despesa da responsabilidade total do Governo Federal, mas as classes empresariais cearenses, em memorável Congresso, estudaram as alternativas da calamidade e concluíram que a melhor solução para se acabar com aquela humilhação das "frentes de serviço" era o Governo abrir linhas de crédito especiais para os proprietários de médio e grande porte, ficando os fazendeiros na obrigação de segurar em suas propriedades os trabalhadores rurais. O que foi prontamente aceito pelo Governo.

Até há pouco aquele sistema estava vitorioso, com uma vantagem substancial, tanto para o Governo Federal, que não arcaria sozinho com as despesas, como para o Estado, que iria ter propriedades trabalhadas para aguardar o inverno, o qual, se dádioso como todos sempre esperamos, seria uma mão na roda para ser colhida uma safra compensadora.

Agora, com o pronunciamento do Ministro, de que o dinheiro surgirá de acordo com os fluxos de caixa, como se tratasse de uma operação comercial ou individual, o que se pode aduzir é que aquela autoridade nunca viu uma multidão necessitada e, por conseguinte, não conhece a fome que, como se sabe e é um adágio bastante conhecido, é má conselheira.

Assim sendo Sr. Ministro, se D. Pedro II alardeou que venderia a última pedra de sua coroa para que nenhum nordestino passasse fome, estamos certos de que o grande Presidente Figueiredo encontrará outros objetos negociáveis para evitar o estouro que ameaça ocorrer.

E ficamos até pensando que, se numa guerra o Ministro da Fazenda afirmasse que a munição seria comprada de acordo com o fluxo de caixa, no mínimo, seria fuzilado."

É este, Sr. Presidente e Srs. Congressistas o editorial do jornal *Tribuna do Ceará*, que bem traduz, que bem expressa as apreensões da gente cearense no momento difícil que atravessa o nosso Estado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra a nobre Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O General Figueiredo ainda não aterrissou no País onde ele vive. O General Figueiredo viveu nos gabinetes refrigerados do Serviço de Informações; depois foi levado, pelas mãos do digno Ministro das Comunicações, Said Farhat, ao mundo de fantasias como Alice foi levada ao mundo maravilhoso.

E o General Figueiredo, agora, depois de cercado pelo populismo científico do Ministério das Comunicações, está espantado com o País que ele governa.

Assim é que o General Figueiredo, em Goiânia, faz uma declaração que seria absolutamente — e não digo cínica, porque isto ofende a Segurança Nacional — ingênua para um Presidente da República, de que a Imprensa neste País apenas mostra o que é ruim e deixa de mostrar o que é bom.

Eu não sei o que o General João Figueiredo gostaria de ver, neste País, como Presidente da República, se Sua Excelência prefere ver a novela *Água Viva* ou o drama do Nordeste, por exemplo, que aqui foi denunciado pelo nobre Deputado Milton Brandão, quando reclamou que Sua Excelência o Presidente da República assumisse, de fato, as responsabilidades inerentes ao seu cargo, quando promete uma assistência efetiva a uma região de vinte e três milhões de brasileiros, e essas providências prometidas são sabotadas pelo seu Ministro do Planejamento Delfim Netto.

Sr. Presidente, o Brasil não é ruim porque a Imprensa o mostra desta maneira; aí estão todos os escândalos de mordomias; aí estão as próprias declarações do General Presidente da República, de que o nosso País, hoje, além de uma inflação de 100%, este País apenas tem dinheiro para comprar petróleo e pagar a dívida do serviço externo. A realidade deste País não é a imprensa que distorce, é a realidade de uma corrupção que se vê, dia a dia, agravando nos altos níveis dos Ministérios desta República.

O que se vê, neste País, é a triste figura de um povo faminto, como é o povo do Nordeste a emigrar todos os dias, a emigrar por falta absoluta de condições mínimas de vida; o que se vê, neste País, é o Ministério da Saúde tentando implantar um serviço de controle à natalidade, que disfarça sob o nome de planificação familiar; o que se vê, neste País, são as tentativas, uma após outra, de inibir a livre manifestação do povo.

E nesse sentido, e dando a colaboração que o General ontem pediu pela televisão, e pedia Sua Excelência o General Presidente que a Oposição dissesse e viesse a dizer como repartir melhor a renda desta Nação. Pois Sua Excelência, a primeira coisa a ser feita seria a revogação dos atos de exceção e a convocação de uma assembleia nacional constituinte, popular, livre e soberana, para que o povo pudesse opinar sobre seus destinos. Pois o próprio General agora já reconhece que os tecnocratas que o cercam a serviço das empresas multinacionais e de interesses antinacionais, não são capazes ou são incompetentes para fazê-lo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o assunto que também me traz à tribuna é o seguinte: encontra-se em tramitação, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 2.387, de 1979, que dispõe sobre a regulamentação da profissão do fonoaudiólogo. O referido projeto já saiu da Comissão de Constituição e Justiça, onde pequena emenda, sem interferência significativa no seu teor geral, foi apresentada, tendo sido encaminhada, para a devida apreciação, à Comissão de Legislação Social e Trabalho.

Trata-se, sem dúvida, de um projeto da maior seriedade, pois diz respeito a uma carreira que, há muito, está a exigir sua regulamentação. O trabalho do fonoaudiólogo reverte-se da maior importância no contexto de uma sociedade, pois estende-se desde a avaliação e tratamento dos distúrbios fonoaudiológicos até à prevenção, pesquisa e aperfeiçoamento dos padrões de voz e fala.

Observa-se, a cada dia, maior incidência de pessoas com problemas de voz, gagueira, troca de letras na fala, surdez, retardo de aquisição de fala, dificuldade na aprendizagem da leitura e escrita, perda da linguagem após distúrbios neurológicos, deficiência mental, paralisia cerebral, problemas nos órgãos da fala (lábio leporino, deglutição atípica e outros) e todos os distúrbios da linguagem que marginalizam o indivíduo, impedindo sua integração na sociedade.

O trabalho desses profissionais é reconhecido internacionalmente, e é também chamado pelo nome de Logopedia. Na França, toma a denominação de "reeducação orofônica", nos Estados Unidos chama-se "terapia da palavra" e, na Inglaterra, "patologia da comunicação". Não importa, porém, a denominação que tenha, mas sim a relevância do trabalho executado para a reabilitação de seres humanos, desde que a linguagem escrita e a audição são reconhecidos, em todo o mundo civilizado, como instrumentos primordiais da evolução e do conhecimento do ser humano.

O projeto ora em tramitação está sendo ameaçado por outro, proposto pelo MEC, que regulamenta a profissão de tecnólogo e profissões equivalentes, uma vez que este institui, definitivamente, o profissional como tecnólogo.

Em defesa dos seus interesses, a Comissão Nacional pela Regulamentação da Profissão do Fonoaudiólogo prepara um processo a ser apresentado ao Conselho Federal de Educação até o final do mês, tentando a mudança do nível de formação do fonoaudiólogo, de tecnólogo para formação plena, e surge algumas emendas ao Projeto nº 2.387, que merecem a atenção dos ilustres Colegas da Comissão de Legislação e Trabalho.

Temos certeza de que os nobres integrantes daquela Comissão terão a sensibilidade de aquilatar tanto o projeto como as emendas sugeridas por aqueles profissionais da correção da linguagem, e que esta Casa far-se-á presente para sua aprovação maciça, quando o mesmo for apresentado à votação neste Plenário. Ao mesmo tempo, apelamos ao Conselho Federal de Educação no sentido de que atenda às ponderadas reivindicações dos fonoaudiólogos brasileiros.

Desta forma, estaremos dando a nossa contribuição a uma causa não apenas justa, como relevante e oportuna. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Lyra.

O SR. FERNANDO LYRA (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A afirmação do Brasil, no plano internacional, iniciada por Afonso Ari- nos e Santiago Dantas, retomada nos últimos anos por imposição dos tempos, ditou o rompimento do Brasil com posturas preconceituosas e a perseguição de novas e fecundas alianças.

É o que tem ocorrido, nos últimos anos, com os povos árabes. O Brasil abriga, há mais de cem anos, poderosa e influente comunidade de origem árabe, plenamente identificada com a que a abrigou e totalmente assimilada. Na vida pública, nos negócios, na atividade acadêmica, em toda a parte, brasileiros, filhos ou netos de árabes mostram seu valor e sua tempera e se integram no grande esforço nacional para superação do subdesenvolvimento.

Assim, nada mais natural que procurássemos incrementar nosso relacionamento com as nações árabes, principalmente numa fase em que elas vão, pouco a pouco, se libertando do jugo imperialista e se afirmando como líderes do 3º mundo. A elevação dos preços do petróleo, antes tão barato que serviu para sustentar o esbanjamento das sociedades capitalistas, constitui uma lição a ser seguida, no possível, por todas as nações produtoras de matérias-primas, tão prejudicadas nas relações de trocas com as nações industrializadas.

Entre as nações árabes com que, nos últimos anos, temos estreitadas relações, encontra-se o Iraque, cuja data nacional de libertação a 17 de julho de 1968 se comemora durante o recesso parlamentar.

A oportunidade deste registro coincide com a necessidade de destacar a presença entre nós do Embaixador Zaid Haidar, o grande responsável pela intensificação das relações do Brasil com o seu país, no plano econômico, político e cultural, nos últimos dois anos.

O Embaixador Zaid Haidar, que vem de ser convocado para outras funções, contribuiu decisivamente para um período brilhante de nosso intercâmbio com o Iraque, que esperamos tenda a ampliar-se e a diversificar-se com o correr dos anos, no interesse de ambas as nações.

Durante o período em que o ex-Embaixador esteve acreditado junto ao Governo brasileiro, intensificaram-se, efetivamente, os laços que nos uniam à nação iraquiana. Recebemos a visita do Vice-Presidente da República, acompanhado dos Ministros das Relações Exteriores, da Informação e do Petróleo. Por outro lado, Ministros e Empresários brasileiros estiveram no Iraque. Foi aberto um Departamento Comercial da Embaixada em Brasília, e com satisfação podemos registrar que vendemos, hoje, àquela Nação amiga, cerca de 350 produtos, do açúcar, café, cacau, soja até manufaturados como automóveis, tratores e produtos eletrônicos.

O Iraque passou a ser, também, excelente mercado de serviços para as empresas nacionais. Firms brasileiras constroem ferrovias, estudam a possibilidade de edificar barragens e planejam a implantação de hotéis. Cerca de 13 mil brasileiros trabalham, hoje, no Iraque, ajudando no desenvolvimento daquele país.

No plano técnico firmamos acordo de cooperação nuclear com o Iraque e no próximo mês de julho começam a operar os vãos entre a VARIG e as Linhas Aéreas Iraquianas.

No plano científico vale registrar durante o período do Embaixador Zaid Haidar a participação do Iraque na Bienal de São Paulo, a presença do balé folclórico do Iraque no Rio, Brasília e São Paulo, além do intercâmbio de professores de universidades brasileiras e iraquianas.

Em suma, o Brasil, nos últimos tempos, estabeleceu um relacionamento intenso, diversificado e constante com o Iraque, que esperamos venha a aprofundar-se e a produzir ricos e proveitosos resultados. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Lucena.

O SR. AUGUSTO LUCENA (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No atual momento histórico, quando se evidencia, cada vez com mais nitidez, a dimensão cultural do desenvolvimento, e a nova ordem mundial ultrapassa os limites do estritamente econômico, como expressou recentemente agência internacional vinculada à ONU, qualquer processo nacional de desenvolvimento só atinge seus reais objetivos se levar em consideração os valores culturais das respectivas sociedades.

Coerente com essa orientação, buscou o Governo do Presidente João Figueiredo dar à política cultural uma projeção até então desconhecida, convocando para dirigir a atual Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) o Professor Aloisio Sérgio Magalhães, humanista profundamente identificado com a realidade nacional, profissional de formação idônea, possuidor de vasto conhecimento científico e tecnológico, professor universitário propenso ao diálogo, intransigente, contudo, na defesa de nossos valores culturais.

Com uma experiência anterior bem sucedida na área — O Centro Nacional de Referência Cultural, organismo por ele criado, em 1975, com a finalidade de construir um sistema referencial básico para a análise da dinâmica cultural brasileira — o Professor Aloisio Magalhães vem se destacando na condução da política cultural do País, seja pela reorganização já efetivada nas diversas entidades vinculadas ao setor, seja pela execução de um notável elenco de programas que dão uma dimensão nova ao conceito de bem cultural.

O Brasil foi, Sr. Presidente, como se sabe, graças à admirável visão projetista de Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco Andrade, a primeira Nação latino-americana a criar, em 1937, uma instituição oficial destinada a proteger "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País".

O antigo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nas suas três primeiras décadas de atividade, tendo em vista a ameaça de total destruição a que se achavam expostos os bens arquitetônicos, traçou como linha-mestra de ação, a conservação daquele tipo de bem cultural, conseguindo, às custas de muito esforço, preservar expressivos monumentos e prédios históricos em todo o território nacional.

Mas, Sr. Presidente, diante de uma sociedade em permanente e desigual transformação, tornou-se imperativo, em nossos dias, não só a ampliação do envolvimento de outras áreas e setores, oficiais e particulares, na tarefa de preservar e revitalizar o patrimônio cultural do País, assim como conceituar, de forma mais abrangente, o bem cultural, que transcende, por assim dizer, como afirmou o próprio Professor Aloisio Magalhães, o monumento de "pedra e cal", e deve ser focado dentro do contexto social em que se desenvolve, como expressão completa da qualidade de vida do homem.

Como disse, com muita propriedade, o Professor Felipe Herrera, da UNESCO, não basta enfatizar a importância da cultura no mundo moderno se, ao mesmo tempo, não se reconhece a enorme complexidade da sociedade humana de nossos dias, e não se realiza uma ação governamental vigorosa visando à preservação e ao enriquecimento de todas as manifestações culturais genuínas.

Dentro desse espírito, e objetivando uma atuação mais efetiva dos órgãos governamentais no campo cultural, buscou inicialmente o Professor Aloisio Magalhães modernizar a estrutura administrativa do antigo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), transformando-o em Secretaria, órgão central de direção superior e de coordenação a nível nacional. Com a modificação em apreço, obteve o órgão certo grau de independência e maior mobilidade no âmbito do serviço público ou fora dele.

Ademais, foi também proposta, e aceita pelo Ministro da Educação e Cultura, a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, entidade vinculada à SPHAN, que absorveu o Centro Nacional de Referência Cultural e foi "concebida com o fim de empreender um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas no âmbito do acervo cultural brasileiro, propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e uso adequado desses bens".

Vale ressaltar que a Fundação Nacional Pró-Memória atua na área cultural de forma descentralizadora e ágil, como elemento catalizador de energias, recursos humanos, metodológicos e financeiros, interagindo com organismos regionais, públicos e privados, interligando problemas comuns e distinguindo os peculiares, dentro da homogeneidade e dos níveis de especificidade do mosaico cultural brasileiro.

Ainda no quadro da estrutura administrativa, houve por bem o Governo federal, atendendo às ponderações do atual diretor da SPHAN, quanto à conveniência "não só de se reforçar os órgãos técnicos especializados da Administração federal, como de descentralizar a execução dos programas especiais em vigor", transferir para a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a responsabilidade da execução do Programa de Cidades Históricas, anteriormente a cargo da SEPLAN da Presidência da República.

Note-se que, para o corrente ano, o referido Programa já enquadrou, para fins de contratação, cerca de 30 projetos de preservação de bens culturais em vários Estados, num montante superior a 140 milhões de cruzeiros.

Assim, após a adequada institucionalização dos mencionados órgãos, e na certeza de que o conceito de bem cultural deve abarcar "desde o universo cultural de um produto brasileiro, como o caju, até os monumentos holandeses do Cabo de Santo Agostinho" e as cerâmicas de Tracunhaém em Pernambuco, desde as indústrias dos imigrantes de Santa Catarina à tecelagem do Triângulo Mineiro e ao artesanato indígena do Centro-Oeste, empenha-se o Professor Aloisio Magalhães na realização de uma obra de grande porte em favor da cultura nacional.

Seja-me permitido recordar, entre os diversos projetos em execução, o trabalho de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto, cidade monumento nacional, que representa, por assim dizer, um paradigma para a operacionalização da nova política cultural do País.

Também em São Luís já houve a decisão, tomada conjuntamente com o Governo do Estado, de manter em funcionamento o porto de pesca artesanal do Desterro, situado na área histórica de Praia Grande, onde se encontra um dos mais belos e mais antigos conjuntos da arquitetura colonial brasileira.

A cidade de Goiás já dispõe de um plano de trabalho que lhe permitirá atender, de forma integrada, aos seus principais problemas, preservando sua condição de patrimônio histórico e cultural.

Já foram, outrossim, iniciados os estudos de viabilização para o levantamento de informações sobre localização e características de bens culturais brasileiros no exterior, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores; e a recente aquisição dos autos religiosos da Inconfidência Mineira, bem demonstra o cuidado do Professor Aloisio Magalhães no sentido da preservação da memória nacional.

Gostaria de mencionar, ainda, entre outros trabalhos de grande valia que vêm sendo reativados no quadro da política cultural brasileira, a restauração de prédios históricos em Sergipe, a restauração do Forte do Mar, em Salvador, onde, ainda este ano, deverá ser inaugurado o Museu Histórico Naval da Bahia, o projeto de restauração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a criação do Museu Histórico Regional, em Alegrete — no prédio onde nasceu Oswaldo Aranha —, bem como os inúmeros convênios firmados entre a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e diversas entidades nacionais e estrangeiras, objetivando, em síntese, a conservação e o engrandecimento do bem cultural brasileiro, em sua mais ampla acepção. Dentre esses convênios, cabe mencionar aqueles assinados com a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado de Goiás, a EMBRATUR, o IBDF, a Fundação Universidade do Maranhão, o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura Municipal de Olinda, para citar apenas alguns já em vigor.

O que acabo de dizer, de conteúdo necessariamente limitado, contido nos poucos minutos deste pronunciamento, pretende ser apenas representativo da obra que, sob a égide da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vem sendo realizada em defesa da cultura brasileira.

Estou certo, Sr. Presidente, de que, com a administração do Professor Aloisio Magalhães, foi iniciado um capítulo promissor na história da política cultural brasileira.

Ao congratular-me, pois, com o Ministro Eduardo Portella pelo desempenho do setor cultural de sua Pasta, espero que a inteligência e o patriotismo de Aloisio Magalhães, clareados, a muitas luzes, de conhecimento e idealismo, possam continuar dando ao Brasil novas e alentadas contribuições no campo da cultura e, em consequência, do desenvolvimento social.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Há dias, a bancada do Partido Democrático Social, no que se refere mais especificamente aos Deputados representantes da área do Nordeste, esteve no Ministério do Interior para, com S. Ex.^a o Sr. Ministro Mário Andreazza, debater e discutir as medidas que viriam a ser adotadas com relação à seca na mesma região.

Naquela ocasião tomamos conhecimento em primeira mão, digamos assim, de todas as atitudes que o Governo veio a adotar. Acharmos absolutamente salutares essas medidas que compreendiam, dentre outras: primeiro, a liberação de 2,6 bilhões de cruzeiros para serem empregados na frente de obras e serviços, a fim de manter a mão-de-obra não qualificada nessas mesmas frentes, para que pudesse circular a riqueza em região tão pouco assistida; a segunda delas se referia à prorrogação por cinco anos, sendo que com dois anos de carência, de todos os financiamentos de custeio da região assolada pelas secas; a terceira seria a prorrogação, já agora por dois anos, dos financiamentos para investimento, ao mesmo tempo em que propunha o Ministério do Interior a abrir novas linhas para o financiamento de lavouras e também, por que não dizer, de novos investimentos e implementos agrícolas? Tudo isso sem se falar no programa do Banco Nacional da Habitação que reduzia, por assim dizer, de três para um ano, a execução do programa de construção de casas populares no interior, com vistas também, por que não dizer, repito, de deter o fluxo migratório que consubstancia-se, em última análise, no êxodo rural.

Enfim, foram medidas absolutamente aplaudidas por todos. Eu mesmo a elas me curvei e fiz referência, não apenas numa conferência que realizei há 15 dias em Teresina, na Associação Comercial Piauiense, como também, na última sexta-feira — faz hoje 7 dias — no Município de Inhumas, no sul do Piauí, onde recebi o título de Cidadão Piauiense.

Todavia, Sr. Presidente, ocorre que hoje, pela manhã, me telefona, muito aflito, um amigo e correligionário do Município de União, próximo a Teresina, Waldemir do Rego Mota. Dizia o ilustre amigo, correligionário, companheiro, chefe político, que o Banco do Brasil estava em vias de sustar os créditos que seriam destinados à lavoura, ao plantio de arroz e ao de feijão, sob a alegação de que em outras regiões do País, seguramente, já teria havido uma supersafra.

Isso me estareceu, porque o que eu conhecia em torno do assunto era o limite de 45% oferecido para as instituições financeiras, com base nos financiamentos realizados em 1979, a fim de que, contendo a inflação, não ultrapassassem esse respectivo índice, os financiamentos deste ano. E sabia, também, que havia uma segunda instrução determinando que cada um dos agricultores recebesse, pelo menos, 50% dos créditos a que teriam direito. Realmente é uma surpresa para mim, como o foi, também, para o ilustre Deputado Milton Brandão, da Bancada do Estado do Piauí, que praticamente se assustou diante dessas determinações.

Sr. Presidente, apenas para encerrar e em face dessa situação aflitiva em que se encontra a população do Nordeste, quero reiterar os apelos, os mais veementes, os mais sérios, para que seja revista imediatamente a legislação recentemente adotada, de restrição desses mesmos créditos, que viriam a beneficiar a nossa Região.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O Sr. Carlos Sant'Anna (PP — BA) — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Sant'Anna, como Líder.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PP — BA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Nesta noite, neste fim de sessão, este Congresso está vivendo um momento auspicioso, em que o Partido do Governo fala com a palavra da Oposição e a Oposição se regozija de que ares de liberalismo e de democracia estejam soprando nos meandros do Partido do Governo.

As palavras dos Deputados Milton Brandão, Leorne Belém e Hugo Napoleão, todas elas candentes em flagrar a posição do Governo face ao problema da seca, merecem o maior destaque, o maior realce. E, sem nenhuma sombra de qualquer outra intenção, merecem esse destaque para engrandecer. S. Ex^{as} nos pronunciamentos que fazem pela isenção com que os colocam. Mas, não apenas os Deputados aqui presentes, pois estou lendo, por exemplo, no *Jornal de Brasília*, de ontem, que o Senador Dinarte Mariz, do PDS do Rio Grande do Norte, dizia o seguinte:

“Que a SUDENE está totalmente errada na sua política. Se continuar assim, a sua convicção é de que em pouco tempo não terá mais um Nordeste espoliado, “mas um Nordeste revoltado dentro de um sistema de dificuldades e sofrimentos”.

Em Recife, o Deputado Felipe Coelho, do PDS, denunciou ontem, na Assembléia Legislativa, que as verbas anunciadas pelo Governo Federal em auxílio às regiões atingidas pela seca, até o mo-

mento, “apesar de bastante divulgadas nos jornais, não foram liberadas”.

Esta Casa não tomou conhecimento do discurso do Governador Antônio Carlos Magalhães na SUDENE. Nunca vi um discurso tão crítico ao Governo Federal quanto o que S. Ex^a fez, nunca vi tão candente, e perante o Ministro, quando ele dizia que já estava cansado de promessas, que o que ele queria ver era o cumprimento destas promessas, que o Nordeste não podia mais esperar. E, então, eu digo: é a Oposição quem cria situações.

O Líder Nelson Marchezan disse hoje, na Câmara, que a Oposição precisa se aliar ao patriotismo do Partido do Governo. Pois eu é que me regozijo em ver que o Partido do Governo está se aliando ao patriotismo da Oposição, quando tem a coragem de denunciar as falhas enormes da política do Governo na região sofrida do Nordeste brasileiro.

Está de parabéns esta Casa. Muito obrigado a V. Ex^a (Muito bem!)

O Sr. Hugo Napoleão (PDS — PI) — Sr. Presidente, para uma comunicação, peço a palavra a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Como Líder, tem a palavra o nobre Deputado Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PDS — PI. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Relativamente às alusões aqui tecidas pelo nobre Líder do Partido Popular, com assento na Câmara dos Deputados, Deputado Carlos Sant'Anna acho que, acima de indagarmos se, de um lado, o Deputado Nelson Marchezan convoca a Oposição a enfileirar-se no patriotismo do Partido Democrático Social, ou se, eventualmente, o Líder em exercício do Partido Popular indaga se deveríamos nós, do Partido Democrático Social, incorporarmos o patriotismo da Oposição, acho que, acima disso tudo, deve estar, seguramente, o interesse maior do País.

O Sr. Carlos Sant'Anna (PP — BA) — De acordo.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PDS — PI) — O chamamento que fez o Líder da Maioria foi um chamamento patriótico, e estaremos todos unidos para, em defesa dos legítimos interesses do Nordeste do País, trabalhar para reivindicar, para pedir todos aqueles benefícios e melhoramentos que não de ser concedidos, e cada vez mais, pelo glorioso Governo do Presidente João Figueiredo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está esgotado o período de breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 11 horas, neste plenário, destinada à leitura das Mensagens nºs 82 e 83, de 1980-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 1.779 e 1.780, de 1980.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

Brasília, 20 de junho de 1980

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Srs. Senadores Murilo Badaró e Almir Pinto pelos nobres Srs. Senadores Jutahy Magalhães e Bernardino Viana na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 51, 52 e 53, de 1980 (CN), que “dispõem sobre prorrogação de mandatos e eleições de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores”.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Jarbas Passarinho, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura das Propostas de Emenda à Constituição nºs 64 e 65, de 1980.

São lidas as seguintes

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1980

Artigo único. Acrescenta-se ao art. 20 da Constituição Federal o seguinte inciso:

"IV — à União tributar para efeito de Imposto de Renda os proventos de aposentadoria e pensão."

Justificação

No ocaso da vida, sem quaisquer possibilidades de exercer atividade plena, o brasileiro com sua renda reduzida pela aposentadoria ainda tem que pagar imposto sobre esses parcos rendimentos. Depois de anos de trabalho, concorrendo para o engrandecimento do país, em vez de premiado vê-se o trabalhador atingido por encargos que não representam mais renda.

É o momento de se fazer justiça social e premiar aqueles que durante anos e anos trabalham debilitados pela velhice, ou pelo menos com suas oportunidades de vida e esforço seriamente diminuídas o recebedor da aposentadoria e da pensão também merece ser aliviado das cargas de tributos diretos que atinge duramente a sua economia já precária.

Uma das causas pelas quais muitas áreas da economia tem um problema de deseconomias e queda da produtividade é o fato de que a aposentadoria não representa um prêmio ou um agradecimento da sociedade ao trabalhador, mas um castigo. O rendimento do aposentado é menor do que o do trabalhador ativo, e os encargos são praticamente os mesmos, inclusive os impostos.

É a razão pela qual achamos justa a causa e própria a hora de tornar mais íntegro o rendimento da aposentadoria e da pensão, permitindo-se a isenção do imposto sobre a renda para aqueles proventos e pensões.

DEPUTADOS: — Alberico Cordeiro — Inocêncio Oliveira — Carlos Wilson — Augusto Lucena — José Ribamar Machado — Antônio Amaral — Walter Silva — Claudino Sales — Afrísio Vieira Lima — Nivaldo Krüger — Elmar Guazzelli — José Amorim — Pedro Germano — C'audio Philomeno — João Faustino — JG de Araújo Jorge — Lourenberg Nunes Rocha — Dário Tavares — Odulfo Domingues — Celso Carvalho — Ruben Figueiró — Paulo Ferraz — Luiz Rocha — Edison Lobão — Benjamin Farah — Figueiredo Correia — Alberto Hoffmann — Wilson Falcão — Castejon Branco — João Câmara — Josias Leite — Benedito Marcellio — Mário Stamm — Francisco Leão — Joel Ferreira — Mário Frota — Pedro Lucena — Júlio Campos — Hugo Mardini — Victor Trovão — Theodorico Ferraço — Milton Brandão — Marcelo Linhares — Walter de Prá — Gerson Camata — Vicente Guabiroba — Christóvam Chiaradia — Bias Fortes — Silvio Abreu Jr. — Delson Scarano — Júlia Marise — Aécio Cunha — Ubaldo Dantas — Leir Lomanto — Francisco Benjamim — Rogério Rêgo — Adhemar de Barros Filho — Vingt Rosado — Amílcar de Queiroz — Francisco de Castro — Artenir Werner — Wilson Braga — Horácio Ortiz — Sérgio Murilo — Cardoso Alves — Gomes da Silva — Fei Rosa — Joacil Pereira — Alceu Collares — Rubem Medina — José Costa — Joel Lima — Amâncio de Azevedo — Antônio Russo — João Menezes — Paulo Torres — Paulo Pimentel — Cardoso de Almeida — Ruy Silva — José Freire — Ruy Bacelar — Octávio Torrecilla — Darcillo Ayres — Rosa Flores — Mário Hato — Waldmir Bellinati — Geraldo Bulhões — Rubem Dourado — Getúlio Dias — Magnos Guimarães — Cantídio Sampaio — Jorge Arbage — Cid Furtado — Nelson Morro — Wilmar Guimarães — Alcebiades de Oliveira — João Carlos de Carli — Telmo Kirst — Darcy Pozza — Adriano Valente — Alvaro Valle — Mauro Sampaio — Fernando Gonçalves — Sebastião Andrade — Honorato Vianna — Wildy Vianna — Angelino Rosa — Osvaldo Coelho — Adhemar Ghisi — Ubaldo Meirelles — Francisco Rollemberg — Josué de Souza — Túlio Barcelos — José Penedo — Athié Coury — Antônio Zacharias — Alcides Franciscato — Airon Rios — Ary Alcântara — Antônio Mazurek — Alair Ferreira — Antônio Ferreira — Angelo Magalhães — Afro Stefanini — Antônio Ueno — Antônio Gomes — Anísio de Souza — Alvaro Gaudêncio — Antônio Pontes — Antônio Florêncio — Bonifácio de Andrade — Cristino Cortes — Castro Coimbra — Correa Lima — Cesário Barreto — Carlos Chiarelli — Djalma Bessa — Divaldo Suruagy — Diogo Nomura — Erasmo Dias — Ernani Satyro — Evaldo Amaral — Edilson Lamartine — Guido Arantes — Genésio de Barros — Geraldo Guedes — Vasco Neto — Victor Fontana — Henrique Brito — Romero Santos — Hélio Levy — Hugo Napoleão — Horácio Matos — Igo Losso — Jayro Maltoni — Joel Ribeiro — Júlio Martins — José Carlos Fagundes — João Arruda — Jairo Magalhães — Luiz Vasconcelos — Moacyr Lopes — Manoel Ribeiro — Osvaldo Melo — Osmar Leitão — Osvaldo Macedo — Paulo Guerra — Paulo Studart — Roberto Galvani — Ricardo Fiuza.

SENADORES: Humberto Lucena — Gastão Müller — Alexandre Costa — Murilo Badaro — Almir Pinho — Passos Pôrto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Teotônio Vilela — Pedro Simon — Luiz Cavalcante — Bernardino Viana — Lázaro Barboza

— Leite Chaves — Lomanto Junior — Milton Cabral — Adalberto Sena — Pedro Pedrossian — Arnon de Mello — José Guimard — Aderbal Jurema — Moacyr Dalla — Dinarte Mariz — Itamar Franco.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 1980

Assegura às polícias civis e militares a percepção de um adicional de risco de vida.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 13 da Constituição Federal passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

"§ 7.º É assegurada, às polícias civis e militares, a percepção de um adicional de risco de vida, não inferior a 30% (trinta por cento) do valor dos respectivos vencimentos ou soldos."

Justificação

Um dos problemas mais alarmantes dos dias atuais é a proliferação da violência e da criminalidade no País.

2. Diferentes medidas têm sido tomadas com o fito de reduzir essa constante ameaça, sobretudo nos grandes centros. Assim, instalaram-se, em São Paulo, sofisticados sinais eletrônicos, para reduzir a oportunidade de assaltos ensejados com paradas desnecessárias nos cruzamentos, à noite; outros pregam que a população deve aprender a conviver com crime. Essas soluções, contudo, não passarão de mero paliativo, se não se der combate direto e eficaz à criminalidade.

3. Enquanto não dispusermos de polícias civis e militares dedicadas, satisfetas e embuídas da vital importância de suas funções para a tranquilidade e segurança da Nação, quaisquer outras medidas para enfrentar o crime estarão fatalmente fadadas ao fracasso.

4. No entanto, justamente, nesta época, em que mais necessitamos do empenho policial, ouvimos, em todos os quadrantes do País, sentidas queixas sobre a exiguidade dos salários dos profissionais da área.

5. É preciso considerar que agora, mais do que nunca, as polícias civis e militares expõem suas próprias vidas no cumprimento do dever. A lei, porém, não as contemplou com as vantagens que são concedidas a outras categorias profissionais. Os funcionários públicos federais, por exemplo, que desempenham atividades em contato permanente com explosivos ou inflamáveis, ou que trabalhem em unidades em que se fabriquem munições ou explosivos, têm direito a um adicional de trinta por cento (Decreto-lei nº 1.352, de 29-10-74). A mesma vantagem é assegurada aos empregados sujeitos ao regime da CLT, por força do disposto no seu art. 193, § 1.º

O estímulo das carreiras policiais, na forma desta proposta, além de medida de justiça, constitui, pois, solução necessária de um dos mais graves problemas nacionais.

DEPUTADOS: Walter de Prá — Amílcar de Queiroz — Darcy Pozza — José Carlos Fagundes — Edilson Lamartine — Osvaldo Coelho — Pedro Carolo (apoiamento) — Alcides Franciscato — Adolpho Franco — Cristino Cortes — Hugo Mardini — Manoel Ribeiro — Alexandre Machado — Joacil Pereira — Cláudio Philomeno — Moacyr Lopes — Nélio Lobato — Osvaldo Melo — Jorge Arbage — Erasmo Dias — Florim Coutinho — Figueiredo Correia — Manoel Gonçalves — Márcio Macedo — Djalma Marinho — João Faustino — Fei Rosa — Francisco Rossi — Divaldo Suruagy — Baldacci Filho — Pedro Corrêa — Geraldo Guedes — Júlio Campos — Octacílio Almeida — Cardoso Alves — Jader Barbalho — Ruben Figueiró — Alcebiades de Oliveira — Arnaldo Schmitt — Anísio de Souza — Milton Brandão — Afrísio Vieira Lima — Wildy Vianna — Júlio Martins — Amâncio de Azevedo — Miro Teixeira — Jorge Uequed — Delson Scarano — Antônio Pontes — Castejon Branco — Genésio de Barros — Francisco Castro — Jamel Cecílio — Humberto Souto — Alcir Pimenta — Vicente Guabiroba — Borges da Silveira — Pedro Lucena — Lourenberg Nunes Rocha — Antônio Ferreira — Iranildo Pereira — Isaac Newton — Paulo Pimentel — Hélio Levy — Cantídio Sampaio — Aluizio Paraguassu — Nivaldo Krüger — Hélio Duque — Gerson Camata — Vivaldo Frota — Paulo Guerra — Antônio Mazurek — Benjamin Farah — Alberto Hoffmann — Levy Dias — Marcelo Linhares — Telmo Kirst — Lidovino Fanton — Edson Vidigal — Pedro Germano — João Cunha — Stoessel Dourado — Angelo Magalhães — Telônaco Pompei — Aécio Cunha — José Amorim — Magno Bacelar — Evaldo Amaral — Antônio Zacharias — João Alberto — Inocêncio Oliveira — Pedro Sampaio — Mário Moreira — José Penedo — Fernando Magalhães — Boni-

fácio de Andrada — Cid Furtado — Carlos Wilson — Belmiro Teixeira — Celso Carvalho — Raul Bernardo — Nelson Morro — Wilmar Guimarães — João Carlos de Carli — Odulfo Domingues — Adriano Valente — Álvaro Valle — Paulo Ferraz — Theodorico Ferraço — Mauro Sampaio — Fernando Gonçalves — Sebastião Andrade — Honorato Viana — Dario Tavares — Angelino Rosa — Claudino Sales — Adhemar Ghisi — Ubaldino Meireles — Francisco Rollemberg — Josué de Souza — Mário Stamm — Túlio Barcelos — Athié Coury — Airon Rios — Ary Alcântara — Alair Ferreira — Alberto Hoffmann — Afro Stefanini — Antônio Ueno — Antônio Gomes — Alvaro Gaudêncio — Antônio Florêncio — Cardoso de Almeida — Correa Lima — Cesário Barreto — Carlos Chiarelli — Djalma Bessa — Diogo Nomura — Darcílio Ayres — Ernani Salyro — Furtado Leite — Francisco Benjamin — Guido Arantes — Vasco Neto — Victor Fontana — Henrique Brito — Homero Santos — Hugo Napoleão — Horácio Matos — Igo Losso — Joel Ferreira — Jayro Maltoni — Joel Ribeiro — João Arruda — Jairo Magalhães — Josias Leite — José de Castro Coimbra — Luiz Vasconcelos — Nilson Gibson — Nosser Almeida — Octávio Torrecilla — Osmar Leitão — Paulo Studart — Ruy Silva — Roberto Galvani — Ricardo Fiuza.

SENADORES: Moacyr Dalla — Aderbal Jurema — Lomanto Júnior — José Lins — Dirceu Cardoso — Gabriel Hermes — Henrique de La Rocque — Luiz Cavalcante — Jutahy Magalhães — Almir Pinto — Raimundo Parente — Alexandre Costa — Affonso Camargo — João Calmon — Bernardino Vianna — Helvídio Nunes — Jorge Kalume — José Gutomard — Henrique Santillo — Murilo Badaró — Mauro Benevides — Evelásio Vieira — Adalberto Sena — Arnon de Mello — Gastão Müller — José Rícha — Agenor Maria — Vicente Vuolo — Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — De acordo com as indicações das Lideranças, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de emitir parecer sobre as matérias:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64/80

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Murilo Badaró, Almir Pinto, Passos Pôrto, Luiz Cavalcante, Bernardino Viana, Lomanto Júnior e

os Srs. Deputados Albérico Cordeiro, Antônio Amaral, José Camargo, Roberto Galvani, Correia da Costa e Fernando Magalhães.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Nelson Carneiro, Franco Montoro, Agenor Maria e os Srs. Deputados Octacílio Queiroz, Jorge Viana e João Hercúlio.

Pelo Partido Popular — Senador Valdon Varjão e os Srs. Deputados Leopoldo Bessone e Pinheiro Machado.

Pelo Partido Trabalhista Brasileiro — Senador Leite Chaves.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65/80

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Jorge Kalume, Raimundo Parente, João Lúcio, Murilo Badaró, Saldanha Derzi, Lenoir Vargas e os Srs. Deputados Odulfo Domingues, Paulo Studart, Ítalo Conti, Adolpho Franco, José Carlos Fagundes e Ney Ferreira.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Itamar Franco, Pedro Simon, Cunha Lima e os Srs. Deputados Geraldo Fleming, Pedro Ivo e Juarez Furtado.

Pelo Partido Popular — Senador Valdon Varjão e os Srs. Deputados Rubem Dourado e Sílvio Abreu Jr.

Pelo Partido dos Trabalhadores — Senador Henrique Santillo.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As Comissões, nos termos do artigo 74 do Regimento Comum, terão o prazo de 30 dias para emitir o parecer.

Perante as Comissões Mistas, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de oito dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação das propostas.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 3,00